



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA**  
**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
“José Gomes da Silva” – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

## **016. PROVA OBJETIVA**

### **ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – AGRONEGÓCIOS**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

#### *O equilibrista bêbado*

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br), 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
  - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
  - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
  - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
  - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
  - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
  - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
  - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
  - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
  - (B) justificadas.
  - (C) decorosas.
  - (D) convencionais.
  - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende \_\_\_\_\_ ideia de que a forma racional para chegar \_\_\_\_\_ melhores resultados nas organizações pode não equivaler \_\_\_\_\_ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
  - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
  - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
  - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
  - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
- 12.** Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
  - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
  - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
  - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
  - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
- 13.** Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
  - (B) Ministério Público e autarquia.
  - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
  - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
  - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
- 14.** Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
  - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
  - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
  - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
  - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
- 15.** No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
  - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
  - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
  - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
  - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
- 16.** Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
  - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
  - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
  - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
  - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
  - (B) gozará de autonomia jurídica.
  - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
  - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
  - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. As inovações produzidas no Brasil, tanto nas instituições e organizações públicas e privadas, têm sido empregadas por muitas empresas nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Faz-se necessário criar uma cultura da inovação nas empresas com o objetivo de incentivar o empreendedorismo. É correto afirmar que o analista de desenvolvimento agrário
- (A) deve captar ideias potenciais e realizar testes necessários, porém deve saber que a inovação não é base para as diretrizes estratégicas do agronegócio.
  - (B) implementa tecnologias nas micro e pequenas empresas, aumentando seu negócio, tornando-as competitivas, porém depara-se com leis que não incentivam tal fato.
  - (C) sabe que o processo de empreender ocorre em quatro etapas: identificação e avaliação das oportunidades, desenvolvimento do plano de negócios, determinação e captação dos recursos necessários, e finalmente, gerenciamento da empresa criada.
  - (D) cria e verifica a abrangência da oportunidade, analisando somente os valores reais, sendo que os valores percebidos não fazem parte desta análise.
  - (E) identifica a oportunidade de negócio e coleta as informações sobre ela, não havendo necessidade de ordenar essas informações em um conceito, pois nem sempre descreve a necessidade do grupo de clientes que pretende atender.
26. As cooperativas dos agricultores familiares são uma forma de reverter o desemprego, e as associações de trabalhadores apresentam-se como alternativa para geração de renda e trabalho. Ambas são formas para organizar juridicamente uma alternativa para o crescimento estrutural. Considerando essas informações, é correto afirmar que
- (A) o objetivo do cooperativismo é prestar serviços na área da agroindústria familiar, gerando aumento da quantidade de produtos para vender, comprar equipamentos e insumos, negociar com órgãos governamentais para obtenção de crédito, assistência técnica, capacitação, estradas, telefonia, energia elétrica etc.
  - (B) no associativismo a adesão é fundamentada nas indicações da diretoria, sendo estas pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero.
  - (C) o sistema de cooperativismo deve apresentar características como a oferta de serviços, como saúde, aquisição de equipamentos e alimentos a baixo custo etc., porém não deve ofertar trabalho ao associado.
  - (D) sozinho o agricultor dificilmente consegue manter regularidade na oferta de produtos, bem como não dispõe da infraestrutura necessária. O associativismo é uma estratégia competitiva, porém não permite acesso ao mercado.
  - (E) é cooperativa de trabalho aquela na qual é necessária a intervenção de um patrão ou empresário, que se propõe a contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares.
27. Considerando-se o tipo de organização (associação, cooperativa, sociedade comercial, grupo informal) que promove entre os agricultores familiares uma estrutura organizada para implantar uma agroindústria, formando uma rede solidária na resolução de problemas, é correto afirmar que:
- (A) a Cooperativa é a alternativa mais viável, possibilitando a formalização do empreendimento junto aos órgãos sanitários e permitindo a comercialização dos produtos com nota da Cooperativa. Não há limitação do número de sócios.
  - (B) a cooperação representa um diferencial importante na viabilização econômica da agroindústria familiar, pois possibilita, proporcionalmente, menor investimento com melhor utilização do capital, obtendo, porém, maior custo de produção.
  - (C) as organizações, ao invés de concorrerem entre si, formam uma espécie de bloco, em torno de uma organização central cujo objetivo principal é realizar os pagamentos dos créditos de financiamento da agroindústria familiar.
  - (D) apesar de as organizações não poderem realizar mediação com órgãos governamentais em relação às políticas e serviços públicos, é um instrumento para a redução dos custos de transportes dos produtos.
  - (E) esse tipo de organização representa uma forma de aumentar a escala de produção e negociá-la em condição mais favorável em mercados locais, regionais e em redes de mercado.

28. No planejamento da agroempresa, é preciso entender a estrutura complexa em que o empreendedor interage em seu ambiente com clientes, fornecedores e concorrentes, sob influência de diversos cenários. Em relação a esse planejamento, é correto afirmar que
- (A) o ciclo de vida de um produto caracteriza-se pelas fases: lançamento, crescimento, maturidade e declínio. A passagem e o período de permanência em cada uma dessas fases são fixos de acordo com o segmento de mercado.
  - (B) a missão da empresa diz respeito à razão da existência da organização, com ênfase nas necessidades que ela irá atender de seus clientes por meio de seus produtos e serviços.
  - (C) a oferta e a demanda são fatores intimamente relacionados, porém não estão sujeitas a variações. São determinantes primordiais na concepção, no desenvolvimento e na manutenção dos empreendimentos.
  - (D) o estudo da rentabilidade do negócio e dos resultados financeiros de determinado período não é prioridade para que se possa avaliar o desempenho da empresa e seu grau de eficiência.
  - (E) o plano financeiro representa fonte de referência e controle da saúde financeira do negócio, porém não deve ser utilizado pelo empreendedor para projetar e conduzir suas atividades dentro dos parâmetros planejados.
29. Ao transformar a propriedade familiar numa Microempresa Rural (MER) ou numa Empresa Rural de Pequeno Porte (ERPP), ocorre maior visibilidade e controle por parte do Estado. Este apoio se dá por meio de políticas públicas específicas e mais eficazes, sendo contemplado em estatuto. Considerando essas informações, é correto afirmar que:
- (A) o estatuto prevê tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas rurais em relação à constituição jurídica, porém, o recolhimento de impostos e contribuições não está contemplado.
  - (B) além de estabelecer normas para o acesso ao crédito rural e ao mercado institucional, o estatuto determina que apenas o processo de abertura da MER e da ERPP para o início de funcionamento deve ter trâmite especial e simplificado.
  - (C) o financiamento da produção da agricultura familiar, concedido pelo Pronaf, é um crédito que apoia financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas pelos agricultores e não há restrição de recursos somente a agricultores familiares.
  - (D) o estatuto prevê instrumentos de incentivo ao crescimento e ao desenvolvimento destas MER's e ERPP's e estabelece que no mínimo de 25% dos recursos federais sejam aplicados em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica.
  - (E) a proposta não considera isentos do imposto de renda os valores pagos ao titular ou sócio da MER ou da ERPP, excetuando os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
30. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) envolve linhas de crédito concedido às MER e às ERPP, financiando projetos individuais ou coletivos. Somam-se a isto as instituições financeiras oficiais que também operam com crédito rural para as MER e ERPP. É correto afirmar que:
- (A) o Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Programa também é destinado a pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, quilombolas e indígenas.
  - (B) para participar do Programa, é necessária apenas a ficha de inscrição que habilita o agricultor a participar do Pronaf e de outros programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
  - (C) para a emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), o pequeno produtor deve procurar as gerências regionais ou outra entidade, não havendo necessidade de o agricultor ser credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.
  - (D) o pequeno produtor não precisa estar regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha, são definidas anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar.
  - (E) o Pronaf, apesar de ter taxas de juros similares aos sistemas de financiamento privados, possui as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.
31. O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), conhecido como “Banco do Agronegócio Familiar”, faz parte das políticas agrícolas públicas disponibilizadas pelo Governo de SP. É correto afirmar que nesta política:
- (A) o FEAP permite a equalização e a taxa de juros subsidiada para financiamento, apoio financeiro aos produtores rurais e pescadores artesanais, cooperativas e associações. Esse financiamento deve ser autorizado por decreto federal.
  - (B) os beneficiários do FEAP poderão ser somente produtores rurais, pessoa física, com renda agropecuária anual de até R\$ 3.000.000,00, que deverá representar no mínimo 50% do total de sua renda bruta anual.
  - (C) os beneficiários do FEAP poderão ser somente produtores rurais cadastrados como pessoas jurídicas, com renda bruta anual de até R\$ 2.400.000,00, e Associações de Produtores Rurais.
  - (D) para o enquadramento no FEAP, o cálculo de renda bruta considera somente o somatório dos valores correspondentes ao valor da receita proveniente da venda da produção das atividades de olericultura, floricultura e avicultura não integrada.
  - (E) o apoio financeiro aos produtores rurais paulistas, enquadrados como beneficiários do FEAP, possibilita financiamento, disponibiliza linhas de crédito rural em diversas atividades agrícolas, com juros subsidiados, e acesso ao seguro rural.

32. A Lei n.º 10.507/00 apresenta as normas técnicas de produção e classificação, bem como as atividades de fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal, produzidos sob a forma artesanal. Estas normas dizem respeito às condições higiênico-sanitárias mínimas necessárias para a aprovação, o funcionamento e o aparelhamento dos estabelecimentos agrícolas. A referida Lei prevê ainda que:
- (A) só poderão funcionar se devidamente instalados em dependências mínimas e equipados com maquinários e utensílios diversos, devendo ser instalados próximo dos limites das vias públicas, possibilitando maior visibilidade.
  - (B) em relação à higiene dos estabelecimentos, os pisos e paredes e os equipamentos e utensílios usados no estabelecimento devem ser lavados diariamente, com água sob pressão, e quando necessário, com água quente, com o detergente mais barato.
  - (C) o estabelecimento deve ter paredes lisas, impermeabilizadas com material aprovado pelo serviço de inspeção, de cor clara, de fácil lavagem e higienização, com altura de pelo menos 2 (dois) metros, ângulos preferencialmente com cantos arredondados.
  - (D) durante toda a fabricação, os produtos devem ser conservados ao abrigo de qualquer contaminação. É permitido o uso de embalagem, tanto de matérias-primas e produtos acabados, em vasilhames de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado.
  - (E) as águas servidas e residuais devem ter destino conveniente e na limpeza dos equipamentos podem ser utilizados os mesmos rodos, vassouras, escovas ou outro material de uso na limpeza de pisos, paredes e tetos.
33. A Constituição Estadual estabelece que é dever do Estado garantir à população o direito à saúde e à segurança alimentar. Aos órgãos incumbidos pelos serviços de inspeção de produtos de origem animal é atribuída a competência de assegurar a qualidade e inocuidade dos alimentos comercializados, incluindo os alimentos artesanais. É correto afirmar que:
- (A) não há necessidade de aprovação prévia e formação de processo de registro de estabelecimentos como: fábrica de conservas (vegetais, ovos, pescados), fábrica de laticínios, apiário, entreposto de mel e derivados da colmeia.
  - (B) os estabelecimentos de industrialização de carne devem possuir instalação frigorífica com termômetro com visor externo, assegurando a temperatura de produtos resfriados de 0 °C a 4 °C e de produtos congelados de máximo -15 °C (quinze graus negativos).
  - (C) não é obrigatório às pessoas que trabalham no estabelecimento artesanal de produtos de origem animal portar carteira de saúde fornecida por autoridade sanitária oficial, devendo apresentar boa aparência de saúde.
  - (D) havendo obras, a inspeção regional as vistoriará para certificar-se de estarem sendo executadas conforme as plantas aprovadas. Verificada discrepância com o projeto aprovado, as obras poderão continuar desde que haja um responsável técnico.
  - (E) fábrica de conservas, fábrica de laticínios, apiário, entreposto de mel e derivados da colmeia para fins de aprovação prévia necessitam apenas do memorial econômico-sanitário, assinado pelo proprietário, e o croqui de localização da propriedade.

34. Considerando-se as normas técnicas sobre as condições higiênico-sanitárias mínimas necessárias para a aprovação, o funcionamento e o aparelhamento dos estabelecimentos de produtos de origem animal sob a forma artesanal, referente às atividades de fiscalização e inspeção dos produtos produzidos sob a forma artesanal, constituem obrigações dos responsáveis pelos estabelecimentos:
- (A) em caso de inspeção, os próprios fiscalizadores deverão fornecer o material adequado julgado indispensável aos trabalhos da inspeção, inclusive acondicionamento e amostras autênticas para exame laboratorial.
  - (B) em caso de inspeção, caso haja produtos condenados, a própria inspeção deverá fornecer substâncias apropriadas para descarte destes.
  - (C) o Serviço de Inspeção solicita somente a realização das análises microbiológicas para fins de monitoramento da água utilizada no estabelecimento, em laboratórios oficiais ou credenciados.
  - (D) efetuar, quando solicitado pelo Serviço de Inspeção, análises físico-químicas e microbiológicas, em laboratórios oficiais ou credenciados, para fins de monitoramento dos produtos produzidos no estabelecimento.
  - (E) efetuar, quando solicitado pelo Serviço de Inspeção, análises físico-químicas e microbiológicas, sendo que as amostras devem ser encaminhadas pela inspeção acompanhadas de impresso utilizado pelo Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP).
35. A legalização sanitária trata do registro do processo de agroindustrialização junto aos órgãos competentes sendo dividida em produtos de origem animal, produtos de origem vegetal e bebidas, sucos e vinagres. Quanto à inspeção sanitária dos produtos, é correto afirmar que:
- (A) a inspeção sanitária dos produtos de origem animal ocorre em três instâncias: o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e o Serviço de Inspeção Federal (SIF), e não há delimitação de área de comercialização.
  - (B) os sucos de frutas, as bebidas e os vinagres são de responsabilidade do MAPA. O processo é encaminhado no próprio Estado e ao se obter o Registro de Estabelecimento e de Produtos, há necessidade de checar as áreas de comercialização.
  - (C) o SUASA, Serviço Único de Atenção a Sanidade Agropecuária, é o sistema de inspeção sanitária, coordenado pela União, com a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, por meio de adesão obrigatória.
  - (D) com o SUASA, os consumidores têm o fortalecimento do foco no controle da qualidade higiênico-sanitária, aumentando a segurança dos alimentos ofertados e comercializados, não sendo necessária a inspeção.
  - (E) o SUASA facilita a produção e a inserção dos produtos no mercado formal da agricultura familiar – local, regional e nacional. A descentralização dos trâmites para aprovação e registro dos projetos agroindustriais é mais rápida e menos onerosa.
36. Considerando que a Administração Rural é o ramo da economia rural que estuda tanto a organização e administração de uma empresa agrícola, visando ao uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores e contínuos, bem como os processos racionais das decisões e ações administrativas, é correto afirmar que:
- (A) a administração deve decidir sobre o que produzir, quanto produzir, como produzir (mecanizar ou não a lavoura), o tipo de adubo, a forma de combater pragas e doenças, não sendo necessário controlar as ações.
  - (B) dada uma tecnologia de produção, apesar de os preços e as quantidades de insumos não estarem envolvidos diretamente na determinação dos custos totais, é possível combiná-los sem alterar os custos de produção.
  - (C) os preços dos produtos agropecuários tendem a ser menores na época da safra (há oferta de produtos) e maiores na entressafra.
  - (D) o custo de produção agrícola não é considerado uma ferramenta de controle e gerenciamento das atividades produtivas e de geração de informações para subsidiar as tomadas de decisões pelos produtores rurais.
  - (E) o custo operacional envolve custos variáveis e alguns fixos. O custo total envolve os custos operacionais e outros custos fixos. No custo total, tem-se a apropriação de todos os fatores de produção, representando a soma somente dos custos fixos.
37. No trajeto produtor-consumidor, as mercadorias passam por diferentes níveis de mercado. O sistema de comercialização envolve o produto, desde a produção até sua colocação no mercado para ser adquirido pelos consumidores. Conhecer o funcionamento da comercialização é fundamental para os agricultores que necessitam tomar decisões eficientes para posicionarem seus produtos no mercado. Considerando essas informações, pode-se afirmar que:
- (A) o nível do varejo é onde ocorrem transações mais volumosas. O varejo é composto de empresas que distribuem produtos ao pequeno consumidor, a grandes consumidores prestadores de serviços e a consumidores institucionais.
  - (B) no varejo, os comerciantes estão em contato mais direto com os consumidores, ocorrendo neste nível uma comercialização de vários tipos de produtos vendidos em pequenos lotes.
  - (C) o setor de distribuição, composto pelo atacado e varejo, cresce em importância e poder de negociação no sistema agroindustrial, identifica as tendências de consumo, porém não coordena o fluxo de informações e mercadorias na cadeia produtiva.
  - (D) a integração vertical da produção por meio da agroindustrialização de seus produtos não é uma forma viável de inserção no mercado, além de não evitar a descaracterização como unidade de produção autônoma.
  - (E) o atacado é composto por supermercados, mercearias, minimercados, açougues, padarias, lojas de conveniências, equipamentos públicos de abastecimento (feiras, varejões).

38. A classificação e a padronização contribuem para aperfeiçoar o fluxo de informações e o entendimento entre vendedores, compradores e demais agentes socioeconômicos envolvidos nas transações comerciais, bem como são imprescindíveis na comercialização de produtos agrícolas. Em relação à sistemática de classificação e padronização, é correto afirmar que:
- (A) possibilita a seleção de produtos para diferentes usos em função da qualidade e diferenciação de preços, facilita a fixação de preço nas operações de financiamento, porém não possibilita a comercialização sem o exame prévio do produto.
  - (B) as normas de padronização e classificação contêm o procedimento de amostragem e as especificações que permitem a caracterização e tipificação. Os padrões são fixados de acordo com características que o fornecedor considerar importante.
  - (C) alguns dos critérios técnicos empregados nas especificações dos padrões dos produtos são: grupo, subgrupo, classe, umidade e tipo. Já critérios como defeitos não são empregados nessas especificações.
  - (D) a classificação inicia-se com a coleta de amostra, de responsabilidade do classificador para coleta, que coletará a amostra mesmo se o produto estiver contaminado com doenças ou pragas e produtos infestados por insetos vivos.
  - (E) a exigência do mercado consumidor por produtos de qualidade certificada é crescente, e os produtores que desejarem certificar devem observar as leis de proteção do meio ambiente, o uso adequado do solo e da água, a proteção à saúde pública e a segurança.
39. O conceito de comercialização é amplo e complexo e distancia-se do conceito de simples venda dos produtos agrícolas. Além disso, o mercado é altamente competitivo e excludente, pois está monopolizado pelas grandes redes de atacadistas e supermercadistas. O conhecimento do funcionamento dos canais de comercialização é essencial. Nesse sentido, é correto afirmar que:
- (A) as feiras e os Ceasas são espaços alternativos, mas não constituem canal suficiente para escoamento da produção. Há a necessidade da construção de canais próprios alternativos, não sendo necessário um estudo da segmentação dos mercados.
  - (B) há a necessidade de se ter conhecimento e capacidade gerencial para construção de rede de distribuição, requerendo competência gerencial, porém não sendo necessário treinamento nem motivação de equipes de vendas e foco em resultados financeiros.
  - (C) é preciso buscar formas para encurtar o caminho até o consumidor final, reduzindo as intermediações, possibilitando agregar renda por meio da melhoria na qualidade, da qualificação pós-colheita e do uso de embalagens adequadas e padronizadas.
  - (D) o mercado varejista é uma oportunidade para a agricultura familiar, visto que não exige alto nível de qualificação em relação ao comportamento mercadológico. Deve haver procedimentos de controle de rastreabilidade e sua abrangência. Os procedimentos de controle de rastreabilidade devem ser documentados, e os registros devem ser mantidos pelo prazo máximo de um ano.
  - (E) deve haver procedimentos de controle de rastreabilidade e sua abrangência. Os procedimentos de controle de rastreabilidade devem ser documentados, e os registros devem ser mantidos pelo prazo máximo de um ano.

40. A agroindústria beneficia e/ou transforma os produtos agropecuários gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal. O ato de beneficiar também engloba a simples seleção de frutas ou o resfriamento de leite, o artesanato etc., ou seja, tudo o que é produzido pelos agricultores para receber um maior valor agregado. Quanto ao estudo de sua implantação e à comercialização de seus produtos, é correto afirmar que:
- (A) antes de começar a implantar uma agroindústria em nível territorial, é necessário fazer uma pesquisa de mercado para saber a capacidade de produção disponível, quanto é o consumo do mercado produtor, bem como a aceitação de um novo produto.
  - (B) a dimensão de uma agroindústria está relacionada apenas com a capacidade de coleta da matéria-prima, porém não considera o potencial do mercado consumidor. A decisão do tamanho para as instalações está ligada diretamente à economia de escala.
  - (C) é importante que a agroindústria seja localizada o mais próximo possível dos agricultores familiares, porém não há necessidade de o tamanho da agroindústria possibilitar a flexibilização da produção nos períodos de safra e de entressafra da matéria-prima.
  - (D) o local não pode ter limitações quanto à disponibilidade e ao acesso à matéria-prima principal. Para agregar valor aos produtos, a produção da matéria-prima utilizada pela agroindústria deve ser feita pelos agricultores terceirizados.
  - (E) o acompanhamento técnico para garantir a regularidade e a homogeneidade da produção é importante, pois interrupções no fornecimento da matéria-prima tornam a produção pouco homogênea, além de a escala de operação exigida pelo mercado ser baixa.
41. Para a concepção e metodologia de implantação dos Projetos Agroindustriais, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável e de viabilidade econômica, deve-se considerar:
- (A) no início da produção de produtos de origem vegetal e animal, somente o levantamento do rendimento por hectare, não sendo importante o levantamento da produção constando a área de lavoura dos agricultores envolvidos.
  - (B) a escala de produção, a mão de obra e os equipamentos dimensionados para colheita, para que se tenha matéria-prima durante o ano todo. Não há necessidade de se considerar as condições das estradas e as distâncias percorridas.
  - (C) no caso do Leite, o levantamento da produção pode ser realizado com o número de vacas, a produção de cada agricultor, a rota do leite, as condições das estradas e a sanidade dos animais, não havendo necessidade de se considerar o melhoramento genético.
  - (D) no caso da Carne, o levantamento do número de animais a serem abatidos por semana, a procedência (evitando-se assim o abate clandestino), o número de agricultores envolvidos, as condições das estradas e as distâncias a serem percorridas.
  - (E) na produção do Mel, o levantamento do n.º de colmeias existentes e/ou a serem implantadas. Já as distâncias percorridas, as condições das estradas e os tipos de floradas na localidade não são considerados na planilha de viabilidade.
42. O estudo da viabilidade do projeto possibilitará que os agricultores familiares construam coletivamente alternativas de desenvolvimento em bases sustentáveis, não ficando presos somente à análise econômica e técnica, mas levando em consideração os aspectos social, cultural e ambiental do grupo e da região. Desta forma, para este estudo, é correto afirmar que:
- (A) no estudo de viabilidade da produção da matéria-prima, é feita uma evolução para 2 anos, que é o prazo máximo para saldar a dívida contraída, quando se trata de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
  - (B) na agroindustrialização dos produtos, são considerados todos os itens que afetam o custo de produção, bem como o volume de produção. Não há necessidade do levantamento dos custos da manutenção da agroindústria.
  - (C) para a projeção de Receita Futura, faz-se o cálculo da receita com venda do produto agroindustrializado, levando-se em consideração o preço de oportunidade (por unidade).
  - (D) para se ter o fluxo de caixa líquido (FCL), basta subtrair as despesas da receita da agroindústria. Para o fluxo de caixa bruto (FCB), é só diminuir os custos com imposto de renda, investimentos e encargos financeiros, se existirem.
  - (E) para se obter o coeficiente técnico de viabilidade, comparam-se os custos e a receita com relação aos preços do referido produto no mercado. Não é necessário considerar o tempo que os agricultores familiares levarão para pagar o empréstimo.

43. Um projeto agroindustrial familiar considera o enorme potencial da agricultura familiar pela sua expressão econômica, mas também por sua dimensão sociocultural e ambiental. Em relação ao projeto agroindustrial, é importante e correto afirmar que:
- (A) o local escolhido para a implantação deve contemplar as exigências da legislação ambiental e sanitária, respeitando a distância mínima de fontes de água, de rios, de lagos. Já as localizações de pocilgas, estábulos, não influenciam nessa localização.
  - (B) os resíduos líquidos do processamento, da limpeza dos equipamentos e das instalações sanitárias são em grande volume e variam em qualidade e quantidade. Essa supervisão deve ser feita por um profissional, e os custos dessa contratação devem ser inseridos nas planilhas de viabilidade.
  - (C) para a elaboração do projeto de tratamento de efluentes, deve-se fazer o levantamento dos resíduos gerados e das oportunidades de aproveitamento; já os resíduos sólidos do processamento de frutas e vegetais podem ser deixados ao ar livre para decomposição.
  - (D) os resíduos são transformados em compostagem, combustível para fornalha, ração animal, uso na lavoura (vinhoto ou vinhaça), porém não existe viabilidade econômica para serem utilizados como matéria orgânica para obtenção de biodiesel.
  - (E) resíduos agroindustriais de processamento de origem animal, tanto líquidos e sólidos, possuem demanda bioquímica de oxigênio muito baixa, ocasionando mortalidade de peixes e microrganismos aquáticos, devendo ser tratados.
44. No estudo da viabilidade do projeto agroindustrial familiar, os agricultores constroem coletivamente alternativas de desenvolvimento sustentável, e os programas de concessão de crédito rural não ficam presos somente à análise econômica e técnica, mas levam em consideração os aspectos social, cultural e ambiental do grupo e da região. Considerando todos estes aspectos, em relação a esse estudo é correto afirmar que:
- (A) não compete aos empreendedores rurais tomar decisões que levem em conta fatores ambientais, visto que são decisões políticas. Estes fatores não costumam afetar a lucratividade da empresa.
  - (B) na produção de queijo, para cada quilo de queijo produzido obtém-se 10 litros de soro. Este pode ser usado na produção de ricota, adicionado em bebidas lácteas e alimentação de animais, ou lançado diretamente no sistema de tratamento de efluentes.
  - (C) nas fábricas de embutidos, subprodutos como sangue e vísceras vermelhas são utilizados para fabricação de farinhas para alimentação dos animais e na fabricação de chouriço ou ainda lançados diretamente no sistema de tratamento de efluentes.
  - (D) o uso de pesticida numa empresa agrícola faz com que a produtividade aumente, porém o custo social é muito pequeno, devendo ser desconsiderado.
  - (E) agroindústria de pequeno porte e baixo impacto ambiental é todo estabelecimento que beneficie e/ou transforme produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais não madeireiros, abrangendo o processo que inclui operações de baixo impacto sobre o meio ambiente.

45. O Governo promove o desenvolvimento rural sustentável, a partir da implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. A Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), elegeu estratégias de desenvolvimento rural sustentável, dentre estas, geração de renda e agregação de valor. Com relação a esta política, é correto afirmar que:
- (A) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo para colaborar com a redução da fome e pobreza e visa fortalecer a agricultura familiar. Utiliza mecanismos de comercialização direta de produtos de agricultores familiares.
  - (B) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, excetuando os assentados da reforma agrária, as comunidades indígenas e demais povos.
  - (C) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Porém, não é permitida a comercialização destes, somente a doação.
  - (D) a compra não pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode ter acesso a um limite anual, e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.
  - (E) quem acessa o PAA são somente agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais, excetuando-se as comunidades indígenas.
46. Fortalecer a cooperação e a concorrência, buscando viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais é uma iniciativa importante. Nesta nova conjuntura política das demandas das populações rurais, surgem novas oportunidades para as famílias agricultoras no Brasil. Assim, é correto afirmar que:
- (A) instrumentos como o Selo Combustível Social e estratégias de organização da base produtiva que envolvem mecanismos de fomento, crédito, chamamentos e chamadas públicas e apoio a projetos e parcerias ainda não estão disponíveis.
  - (B) na diversificação da produção e da renda familiar, estão produtos e mercados diferenciados, excetuando-se o turismo e o artesanato. Promover a cooperação e a concorrência viabiliza as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais.
  - (C) o processamento de alimentos nas agroindústrias de pequeno porte representa uma alternativa de renda muito pequena e não significativa para a agricultura familiar.
  - (D) o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), participa da gestão do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e estimula e apoia a produção do combustível na agricultura.
  - (E) é importante a contribuição das energias renováveis, como os biocombustíveis, que possibilitam a inclusão produtiva e a geração de renda no campo. Mas é muito pouco provável que a agricultura familiar colabore nas cadeias de energias renováveis.
47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
  - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
  - (C) Secretaria de Minas e Energia.
  - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
  - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
  - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
  - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
  - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
  - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.
49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
  - (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
  - (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
  - (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
  - (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.

**50.** Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:

- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
- (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
- (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
- (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
- (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

